



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

ARREBATADOS AO IMPÉRIO DAS MÁQUINAS PARA ACESSAR A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

GABRIELE GOMES FARIA ¹

RESUMO

A racionalidade maquínica que acena como resposta à crise encontra na pandemia o terreno perfeito para acelerar a capilaridade das tecnologias informacionais e comunicacionais nos serviços públicos. Assim, a partir de uma volumosa datificação transforma dados operados sob o comando de algoritmos em mecanismos de gestão, metodologia que se refrata sob o manto neoliberal, criando e recriando estratégias servis ao sociometabolismo do capital, demarcando então, a indissociabilidade entre a adoção de novas tecnologias na política de assistência social e a lógica econômica, contribuindo ainda, ao perecer de perspectivas de igualdade, equidade e democracia.

Palavras-chave: tecnologias, datificação, algoritmos, assistência social

ABSTRACT

The machinic rationality that beckons as a response to the crisis finds in the pandemic the perfect terrain to accelerate the capillarity of information and communication technologies in public services. Thus, from a voluminous datafication in transforms data operated under the command of algorithms into management mechanisms, a

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

methodology that is refracted under the neoliberal mantle, creating and recreating strategies that serve the sociometabolism of capital, thus demarcating the inseparability between the adoption of new technologies in the politics of social assistance and the economic logic, still contributing, to the perishing of perspectives of equality, equity and democracy.

Keywords: technologies, datification, algorithms, social assistance

1. INTRODUÇÃO

O cenário pandêmico confirmado no Brasil em fevereiro de 2020 fez do país um novo epicentro da pandemia com números assustadores de contaminações e óbitos pelo novo Coronavírus (Covid-19). Assim, a crise estrutural anterior ao contexto e que já se desdobrava naquilo que Mézáros (2021) nomeia de mudanças “epocais” de alcance global, agora associada a um novo agente viral, revela incontestes limites do sistema do capital e seu modus operandi ainda mais destrutivo, cuja ação do Estado à proteção vigorosa dos interesses da classe dominante é reiteradamente posta em prática sem cerimônias.

Nessa dinâmica, apesar da exigência de um sistema de proteção social fortalecido de modo a garantir cobertura a toda a população, o que se apresentou foram os recorrentes sucateamentos e cortes, revelando uma seguridade social frágil para enfrentar o panorama que se descortinava e junto a isso, um mundo do trabalho já solapado, com perspectivas de direito extremamente fragilizado, em face dos recorrentes ajustes fiscais, deixando à própria sorte a população mais pobre (apesar do potencial virótico de impactar todos os indivíduos de uma sociedade) cujo recorte

de gênero e raça são emblemáticos².

Portanto, se acirra um cenário de recessão pré-existente, caracterizada pela crise econômica, social e política, cujas inflexões no mundo do trabalho, já vinham anunciando desemprego, subemprego, subutilização, flexibilização, precarização, intermitência, além do *frenezi* informacional-digital focado em *reduzir trabalho humano necessário à produção, substituindo-o pelo uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC)* (ANTUNES, 2020, p.20), que encontra na pandemia o contexto perfeito para se espriar e ganhar forte adesão, seja em razão da necessidade de aulas remotas, trabalho *home-office*, isolamento social, bem como acesso a serviços públicos, dinâmicas estas, facilitadas por infraestruturas tecnológicas: IPads, iPhones, Smartphones, inteligência artificial, as quais desvelam à expansão da reprodução sociometabólica do capital.

Dito disto, fora evidente que a pandemia dimensionou uma forte adesão às tecnologias de informação e comunicação, ora engendradas num movimento contraditório, o qual segundo Pinto (2013, p.208) habita o coração da técnica subordinando-a historicamente a projetos societários distintos, os quais hegemonicamente estão imunes às condições sociais, reiterando desigualdades, na atualidade, reeditando pactos de uma dominação conservadora servil a agenda neoliberal empresarial definidora de ajustes e mudanças gerenciais necessárias a uma lógica apresentada como inevitável, neutra, ancorada no discurso da modernidade, ora ocultando ataques aos direitos e os interesses financeiros do mercado, os quais nunca estiveram apartados da proteção social brasileira, posta sempre como empecilho aos interesses do capital.

2 Recente relatório produzido pela OXFAM Brasil lançado em 2022 demonstrou que durante a pandemia as mulheres foram muito mais afetadas seja pelo maior risco de agressão, em face do isolamento, sobrecarga doméstica, ausência de rede de apoio ou pela faceta do desemprego. A força de trabalho feminina, sobretudo aquela vinculada aos serviços, assistência, atividades de maior interação com o público, ora impactadas pelo lockdowns, engrossam a fila do desemprego, do trabalho não remunerado e/ou sob condições domésticas. O estudo destaca que hoje são quatro milhões de mulheres na América Latina e Caribe fora do mercado de trabalho, tendência consubstanciada pela informalidade. Ao lado disso, reitera um maior impacto nas condições de vida de grupos racializados, cujas dificuldades de acesso e ascensão social determinaram os números de morte, hospitalizações desemprego e subemprego. Isso implica dizer, que esta maioria minorizada (apesar de estarem em maior número, não acessam a direitos, serviços e a cidadania) em relação à renda, raça e gênero foram os mais impactados e que mais precisaram de ações imprescindíveis do governo. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/lucrando-com-a-dor/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=search_davos2022_grants&utm_content=ads3&gclid=CjwKCAjwi8iXBhBeEiwAKbUofSsEIL5s16JVu90ODS8mhPAoS9cuEPHUi8LzU5a_LX8gkR4Aofm4ahoCg44QAvD_BwE. Acesso em: 9/9/22

Para tanto, no cenário que se descortina formas organizacionais, instrumentais e jurídicas indicam responder a poderes específicos, sem, no entanto, deixar de produzir uma ilusão democrática que nos arrebatava ao império maquínico, mas que diante dos limites burgueses reforçam desigualdades consentindo regular a dominação de classes e administração da barbárie cotidiana.

Assim, o presente artigo tem como objetivo problematizar a utilização de tecnologias informacionais e comunicacionais como um instrumento gerencial adestrado às necessidades do capital, o qual vem organizando a burocracia estatal de dominância empresarial, cuja datificação sob o comando de algoritmos transforma dados em resultados inquestionáveis, pouco onerosos determinantes a responsabilização dos sujeitos e a competição no mercado, bem ao gosto do ideário neoliberal conservador, donde a lógica de acumulação dinamiza a plataformização, mediando bens, serviços e acesso a políticas sociais, ora ancoradas à redução dos gastos, a lógica da acumulação e novos métodos de controle, sobretudo dos mais pobres, público majoritário da política de assistência social.

Para tanto, empreendemos uma revisão documental e bibliográfica, cujos fundamentos teóricos subjacentes à tradição marxista nos dão insumos para demonstrar que o desenvolvimento tecnológico é expressão das relações de produção, muito embora, insista em parecer apartado desta. Nesta direção, conjecturaremos o uso de sistemas informacionais no âmbito da política de assistência social, os quais anunciam modernização da gestão pública e grande potencial para promover maior celeridade, eficiência e melhor planejamento, mas que deflagram junto ao discurso neoliberal intensificado com a crise de 2008, o fortalecimento de relações econômicas, do autoritarismo, do conservadorismo, da exploração, bem como a burla aos direitos, por meio de processos pouco transparentes que incidem em maior controle, a partir da previsão de desejos, comportamentos, passíveis de análise via uma enormidade de informações e conhecimento sobre a sociedade e os indivíduos inseridos em bases de dados estatais.

2. TECNOLOGIAS COMO ESTEIO DO CAPITAL

Ao estudar a técnica e a ciência Marx as anuncia como dimensão do capital, quer seja, entendendo-as como derivadas do processo de acumulação capitalista. Assim, destaca a importância de refletir sobre a tecnologia e as relações sociais de produção, ora atravessadas por decididos mecanismos de controle, subordinação e exploração, cuja função no processo produtivo implicou segundo Rosdolsky (2011) em modificações na base material do capitalismo.

Marx no livro *O Capital* identifica reflexos da tecnologia no processo de valorização do capital e produção de mercadorias, observando as direções dadas entre tecnologia e trabalho, cujo controle, a disciplina, consenso e coerção, com vistas à valorização despontam em cada quadra histórica desvelando diferente caráter lógico, os quais segundo Harvey (2018, p.116), dependem das fontes de energia e do volume de capital que se movimenta e se expande em razão do crescimento, relacionados ao motor da totalidade, posto na relação dos homens com a natureza, na produtividade do trabalho, nas estruturas organizacionais, no processo de valorização, nas condições de vida, nas relações sociais.

Importa destacar que o desenvolvimento tecnológico não se põe como algo determinado pelo movimento histórico de modo autonomizado das forças produtivas, ele é expressão das relações de produção. Portanto desligar a técnica do desenvolvimento das forças produtivas, segundo Pinto (2013) afasta do homem sua intencionalidade utilizada racionalmente a partir da realidade, com vistas a uma objetividade, como se sua técnica fosse apenas uma estágio final, uma coisa ausente de racionalidade.

Exatamente a partir desta análise, o caráter original da tecnologia vinculada ao progresso e determinante no movimento histórico, nos indica negligenciar o papel das forças produtivas em relação à produção, tomando o aprimoramento contínuo a partir de apreensões fetichistas, que negligenciam os ciclos econômicos como impulsionadores de novas descobertas, bem como determinante a tendência que se impõe de um padrão destrutivo próprio das engrenagens do sistema à razão

instrumental ao converter tudo em descartável e supérfluo, tendência intrínseca ao sistema do capital.

Assim, ao analisar a dinâmica da cooperação, manufatura e grande indústria, Marx (2013) adverte ao início a produção capitalista vinculado a produção em quantidade e sob o comando do capitalista, quer seja, junto a combinação de diferentes trabalhadores se estabelece a produção de muitos, a partir de processos conexos que encurtam o tempo e demarcam a subordinação ainda independente de inovações tecnológicas, mas apontando a necessidade de tecnologia do saber produtivo do processo de trabalho.

É a partir da necessidade de extração de mais-valia e aumento da jornada de trabalho que a divisão do trabalho entre os que pensam e organizam se impõem balizando um novo arranjo social e econômico, cujo saber científico aplicado a produção detona uma espécie de cooperação particular. Portanto, na manufatura o trabalho hierarquizado, mutilado, uniformizado é ordenado particularizando instrumentos, com eles a diferenciação de tarefas que incidem sobre a subordinação e dominação dos trabalhadores. Nesta divisão manufatureira segundo Marx (2013, p. 396) despontam às condições necessárias a maquinaria, cujo foco, para além das habilidades do trabalho está na perfeição das ferramentas, que a partir da aplicação técnica intenciona dinamizar a velocidade, minimizar espaço e tempo, superar barreiras à realização e circulação de mercadorias, além de novas oportunidades de realização do trabalho, cujas consequências incidem no aumento da produtividade e exploração, exigindo inovação tecnológica (HARVEY, 2005).

Assim, se na manufatura o princípio do trabalho é subjetivo quer seja, porta força e habilidade em ação, na maquinaria ele assume caráter objetivo independente da intervenção, logo alheio ao trabalhador, via provimento de meios e estímulos para reprodução, significando dizer que este supera formas precedentes de extração de mais-valia, ora determinando um processo de acumulação baseado na exploração da força de trabalho em face das necessidades do capital. Assim ciência e produção tencionam o trabalho coletivo metamorfoseando meios de trabalho passíveis ainda de algum controle e certa autonomia em face de uma inversão, em que o trabalhador é consumido pela aplicação tecnológica, logo se subordinando às

máquinas.

Nesta lógica, a atividade determinada pelo movimento maquínico, apesar de idealizada pela mente humana, conduz a estranhamentos, convertendo o trabalho vivo em acessório subordinado à vontade alheia. O saber aperfeiçoado se converte em qualidade do capital ao ser subsumido pelo trabalho objetivado na máquina, despojando o trabalhador de sua consciência, reiterando nossa compreensão da sintonia da tecnologia aos interesses da reprodução capitalista, onde o trabalhador perde controle consciente e planejado do processo de produção e seu saber vai decaindo de importância, tal qual aponta Marx (2013, p. 495):

A habilidade detalhista do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como coisa diminuta e secundária perante a ciência, perante as enormes potências da natureza e do trabalho social massivo que estão incorporadas no sistema da maquinaria e constituem, com este último, o poder do "patrão".

A partir desta posição é possível asseverar, que o incremento tecnológico é concebido em uma sociedade capitalista atravessada por contradições e orientado por uma ordem social universalmente mercantilizadora sem qualquer compromisso com uma perspectiva equitativa, já que estes são limites imanentes ao sistema do capital, cuja base é a exploração e a racionalidade é ilusória.

Assim, a partir da incorporação da ciência e da tecnologia pelo capital se instauram novas medidas e formas de realização, bem como a necessidade íntima da produtividade, cuja tarefa de toda geração sucessora não intenciona se distanciar das determinações precedentes fincadas na posse das forças produtivas, ora atravessadas por desumanidades ainda mais problemáticas, impossíveis de avançar em estruturas trans-históricas que por sua vez delimitam mudanças sociais fundamentais.

Percebe-se desta forma, que apesar das potencialidades da tecnologia para uma direção alternativa em sintonia aos interesses da classe trabalhadora, o mando prevalecente vincula-se às forças produtivas, logo espelhando seu interesse de valorização. Assim, ao conceber as novas tecnologias que despontam, sobretudo, no cenário de crise estrutural do capital, é preciso considerar às leis intrínsecas objetivas a ela, ou seja, a base social dominante que imprime direção a ação técnica, subterfúgio a paradigmas ilusórios, os quais por meio de tais inovações

apontam a possibilidade de acordo com Harvey (2018) de disciplinar e desempoderar os trabalhadores, além de garantir maior rotatividade ao capital.

1. Contar com o Estado para ir além

A dinâmica capitalista traz em seu bojo poderes, valores, ideologias que dão base à forma estatal necessária enquanto função corretiva vital à manutenção e o fortalecimento dos imperativos autoexpansionistas do sistema, cuja destrutividade é visível (MÉSZÁROS, 2021 p.161). Sendo assim, a tarefa das formações estatais do sistema do capital estão alienadas por excelência a uma *circunlaridade* necessária a resguardar o controle global da materialidade sociometabólico do capital, logo impossibilita das funções corretivas que se espera destas. Assim, os problemas da administração serão sempre justificados em outros lugares e não onde essencialmente se encontram denotando um caráter intrinsecamente conservador para instrumentalizar e reproduzir a ideologia dominante.

Neste sentido, como resposta a crise que se desdobra em sentido *epocal*, implicando os limites finais da ordem dada, a maquinaria complexa se refrata empenhada na gestão de tais limites (MÉSZÁROS, 2021), enquanto, elemento imperioso destacado por Mandel (1982) como funcional à valorização do capital, segundo o autor, subordinando o progresso tecnológico aos imperativos de mudança na operação do modo de produção, bem como à necessidade de encontrar saídas às graves contradições produzidas pelo sistema.

Na esteira do século XXI essa dinâmica se assevera apontando novos contornos potenciados por modernas estruturas tecnológicas difundidas pela chamada Indústria 4.0 ou Quarta Revolução Industrial (ANTUNES, 2020 p. 15) que seguem ampliando contradições do modo de produção capitalista em nível máximo, reeditando mecanismos de expropriação do trabalho via integração entre processo produtivo e serviços, os quais exigem participação estatal nas desregulamentações, na dinâmica da financeirização, enquanto estratégias a sujeição e controle, que nos termos de Neves e Sant`Anna (2005) engendram táticas de dominação via força,

consentimento ou restrição, caracterizada pelos autores como “*pedagogia da hegemonia*”.³

De tal modo, sob o manto da falsificação se oculta o caráter de classes destes mecanismos, ora tomados de modo fetichizado desconsiderando suas consequências nas relações sociais e nas direções políticas da modernidade, sobretudo, em uma era alicerçada pelo atual momento do neoliberalismo, que preconiza restaurar o capital fazendo frente a uma *nova razão de mundo* (DARDOT; LAVAL, 2016) que alarga processos de privatização transformando serviços públicos em espaços de investimento do capital sob o julgo de uma lógica empresarial supostamente mais eficaz, tecida de discursos comportamentais, os quais conformam o “ideal de trabalho e de trabalhador” servis ao nexo do setor privado.

Para tanto, o Estado incorre no lugar de legitimador dos interesses do capital, donde burlas democráticas cedem lugar a ilegalidades naturalizadas. Formações estatais historicamente constituídas no sistema do capital figuram como executoras das regras necessárias à manutenção da ordem sócio-reprodutiva estabelecida (MÉSZÁROS, 2015, p.56), garantindo trâmites burocráticos, controle e legitimação aos negócios da burguesia, apresentados sob a imagem de bem comum, outrora fetichizante e ancorado em violências.

Então, enquanto parte do processo inovador da gestão, novas tecnologias adentram a infraestrutura de funcionamento das políticas sociais⁴ necessárias ao acesso, via protocolos compilados digitalmente, gerenciados por algoritmos de performativa matemática que impelem governos e Estados a ajustar estruturas legais e democráticas (JURNO, 2021), nos dando pistas quanto a forma política que o Estado vem assumindo, especialmente nos padrões de proteção social do estágio atual do capitalismo, donde direito outorgado legitima o controle secundarizando a

3 Com inspiração Gramsciana, Neves e Sant’anna (2005) lançam mão deste conceito ao identificar uma série de mecanismos ideológicos, os quais legitima, o fortalecimento desta hegemonia que busca e com sucesso optem, consentimento e adesão das classes subalternas em torno de ideias e práticas postas através de uma nova relação entre Estado e sociedade, para dar curso a políticas vinculadas aos interesses capitalistas.

4 Como exemplo destas novas tecnologias incorporadas pelo Estado estão: Reconhecimento facial na segurança pública, *Sougov*; *ConecteSus*; *Cadastro Único*; *eSUS APS*; *MeuINSS*; *Auxílio Emergencial*; *MeuCadastroÚnico*, etc., todas estas tecnologias são capazes de empreender um regime de grande fluxo de informações via recursos bastante sofisticados os quais possibilitarão acesso aos serviços (FARIA, 2022).

qualidade dos serviços ofertados.

3. TECNOLOGIAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O uso de tecnologias informacionais e comunicacionais nas práticas burocráticas do Estado indicam à gestão da crise intensificada em 2008, com evidente opção pelo capital financeiro. Segundo Zuboff (2018), nas atividades mediadas por novas tecnologias, endógenas em nossas vidas para entretenimento, *upgrade* empresarial, controle dos empregados, predições comportamentais, se estruturam uma dinâmica nova de acumulação, a qual denomina de capitalismo de vigilância⁵, improvável sem um grande volume de dados, consequência deste cenário tecnológico, em que se estabelecem novas formas de poder sinais de grande investida contra a democracia.

Estas novas tecnologias na gestão pública, para além de estratégicas à contrarreforma em curso, imprimem uma lógica empresarial persecutória da eficiência e eficácia, pressupondo modernizar formas de acesso, potencializar o melhor planejamento dos serviços, minimizar os gastos, o que refrata na dispensa do servidor, bem como reforça o reconhecimento dos requerentes trazendo à tona a preocupação com fraudes, em última instância, melhor focalização, mas com pouco preocupação na privacidade abrindo ainda, espaço para participação em atividades de vigilância.

Nossa intenção não é imprimir uma análise determinista do uso de tecnologias informacionais e comunicacionais para gestão e administração dos serviços públicos, afinal avaliamos que há nestas grande potencial para qualificar as ações. No entanto, a partir da experiência na política de assistência social, é possível indicar que o Cadastro Único (CadÚnico)⁶ para programas sociais, ao alimentar sistemas informacionais desta política, desde 2003, enquanto ferramenta de gestão do Programa Bolsa Família (PBF), caracteriza famílias de baixa renda, afim de selecioná-las aos programas sociais do governo federal, demarcando um novo paradigma para entender, monitorar e localizar socialmente uma determinada população, ora amplamente datificada⁷ e tratada pela área de tecnologia do ministério, então, por que não, vigiada? Já que para além do empenho em prestar

5 Essa nova forma de capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas ao mercado. Para autora, mesmo que a ampla datificação tenha outros usos, sua base é a indiferença às populações, fonte destes dados. (2021. P. 18)

6 O Cadastro Único é uma base de informações do governo federal, alimentada pelos governos municipais e que serve aos entes como instrumento para obter diagnóstico socioeconômico das famílias em situação de pobreza no Brasil, bem como mecanismo de acesso a programas sociais, dentre eles o Bolsa Família.

“assistência necessária” e identificar os “pobres”, se coloca o interesse em monitorar trajetórias de vida sob o pretexto de “acompanhar” aqueles mais vulneráveis.

A coleta dos dados dos cidadãos enquanto prerrogativa para acesso aos serviços potencializa um grande volume de informações armazenadas em nuvem, menosprezando este império de caráter financeiro, político atravessado por concepções de mundo, logo distante da neutralidade anunciada. Tal digitalização extrema já referencia os dados pessoais como petróleo do século XXI, capaz de extrair padrões de consumo, captura de desejos, comportamentos, previsões e controle jamais visto, concebido como modelo de negócio, o que merece atenção, suscitando, dois problemas: o possível envolvimento de empresas, algumas vinculadas a *Startups* da internet - predatórias por definição - que tem como norte o projeto neoliberal contrário a qualquer ascensão não mercantil.

Outro elemento importante, é que a partir de sistemas informatizados aquelas ações, ora operadas pela mão humana, passam a ser dinamizadas por algoritmos, quer seja, performativas matematizadas criadas por engenheiros com vieses que desconhecemos, habilitando máquinas a reconhecer padrões sem nenhuma interferência humana. Assim, identificando a realidade por meio dos dados, os algoritmos contribuem à tomada de decisões e gestão de uma realidade, em que respostas produzidas dizem respeito ao reconhecimento e classificação, a partir de critérios e deliberações distantes daqueles profissionais que operam os sistemas nos serviços públicos.

Isso diz muito sobre o ideário neoliberal e suas preferências sobre escolhas individuais, competição e autogestão. Segundo Bruno (2021) a gestão algorítmica destaca-se como aliada importante na tomada de decisões em cenários, em que a otimização dos gastos é latente. Então, se a racionalidade neoliberal entende que deve existir maior focalização, que os sujeitos devem empreender e buscar sua satisfação no mercado, o auxílio algorítmico pode despontar como subsídio necessário a esta dimensão performativa.

Segundo Silveira (2021) estaríamos diante de uma reinvenção da burocracia estatal, denominada por ele de “algocracia”, de lógica opaca distante das prerrogativas do direito. Para nós, o que se descortina são os piores sentidos da burocracia, cujas ações eivadas pela “fé” na modernidade produzem respostas mecanizadas despojadas de análise crítica,

7 A datificação diz respeito à nova tendência de transformação da ação social em dados quantificados com informações pessoais do cidadão, com vistas ao monitoramento e à análise preditiva.

subsumindo no mandato tecnicista que vem ganhando espaço na administração pública, uma calculabilidade que emprega objetivos ao instrumento (em nossa opinião ocultados das massas) legalizando as piores brutalidades.

Importa destacar que tal racionalidade sustentada na promessa de maior velocidade, precisão, eficácia e neutralidade tanto para mapear, monitorar, quanto para decidir é funcional a lógica neoliberal, cujo esforço não tem indicado produzir serviços mais eficazes, mas o controle com clara orientação privatizante, individualizante, no qual o uso de máquinas tem reduzido o quantitativo de trabalhadores, monitorado processos de trabalho e definido inclusões e exclusões nos serviços, a partir de dados sensíveis dos cidadãos projetados à uma lógica mais ágil, com amplo conhecimento do público e indutora de direções que não escapam à lógica mercantil e moral bastante presente na modernidade.

Sobre este aspecto, o estudo de Fernanda Bruno aponta que a dimensão performativa dos algoritmos gera efeitos, ao produzir recomendações e realidades influenciando as ações:

Enquanto ganho de velocidade é incontestável, o ganho em precisão/eficácia não é tão evidente, e a suposição de maior objetividade/neutralidade é bastante equivocada, como vêm mostrando inúmeras pesquisas e casos sobre a presença de vieses de gênero, raça e classe nos processos algorítmicos de tomada de decisão (2021, p. 156)

Deste modo, o cenário pandêmico do Coronavírus (COVID-19) desponta como laboratório desta tendência que nos arrebatou ao mundo maquínico acirrando táticas com foco em dinamizar os ganhos com a produtividade e lucratividade funcional ao cenário neoliberal robustecido de conteúdos de nítido caráter fascista⁸, enquanto, metodologia política e alternativa ao contexto, circunscrevendo saídas autoritárias, antidemocráticas, violentas, donde o ódio se instaura como norma ideológica.

O fascista em potencial passa ao ato discursivo, ao ato da fala, com muita facilidade e pode chegar à violências físicas ou burocráticas dependendo do grau de estimulação em que se encontra (TIBURI, 2020 p.93)

Assim, as desigualdades já extremadas antes da pandemia demarcam novos patamares⁹, revelando um aumento expressivo das demandas no campo da assistência social – mesmo com um orçamento não correspondente – com

8 Tiburi (2020) ao caracterizar o fascismo como ideologia, cujo discurso e prática estão relacionados ao ódio, à comunicação violenta, também nos chama a atenção de que este para além de adaptar-se ao momento histórico, à condições geográficas diferenciadas, atende a determinações geopolíticas, em que relações entre Estados são atravessadas por interesses do mercado e poderes econômicos.

requisições de seu público clássico (mais empobrecidos), bem como de uma multidão de trabalhadores ainda desconhecidos por esta política, os quais não integravam o mapeamento produzido pelo CadÚnico, quer seja, os informais, “empreendedores”, trabalhadores “uberizados”.

Para apaziguar os efeitos econômicos e sociais da pandemia, instituiu-se pela Lei 13.982/20 o Auxílio Emergencial - AE¹⁰, que enfrentou uma série de problemas e demora no cruzamento de dados – realizado sempre com o objetivo de economizar e identificar os “fraudulentos”. Apesar de inspirado no PBF também datificado, o AE traz consigo a novidade do requerimento remoto por meio de aplicativo, cuja seleção é automatizada.

Utilizando-se da estrutura pré-existente para seleção ao PBF (CadÚnico) o AE concedeu automaticamente benefícios àqueles já cadastrados. Mas para atingir um novo público tomou como suporte, aplicativos de autocadastramento centralizado no governo federal. Nesta dinâmica, apesar da divulgação midiática do benefício, não há evidências de busca ativa daqueles mais vulneráveis, fora das bases de dados do CadÚnico ou sem acesso as novas tecnologias. Há com isso, um silenciamento das potencialidades do CadÚnico para identificação dos territórios vulneráveis, o negligenciamento da realidade de baixo acesso à *internet*, além de demonstrar que a assistência social já solapada é desafiada com sua estrutura pífia e longe do ideal para reprodução de classe e socorro dos indigentes, aludindo uma racionalidade orientada a fortalecer o sistema financeiro em detrimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Essa tendência de apagamento do CadÚnico, portador de enorme volume de dados, ora pouco ou nada referenciado para subsidiar a construção do

9 A pandemia, expôs, alimentou e aumentou as desigualdades econômicas e sociais. Como reflexo hoje, a insegurança alimentar no país atinge 58,7% da população, tendo retornado ao patamar da década de 1990. O país registrou, no trimestre que encerrou em maio, 10,6 milhões de desempregados, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2022/07/08/marcha-contra-a-fome-a-miseria-e-o-desemprego-sera-realizada-em-porto-alegre-no-sabado-9#:~:text=Foto%3A%20Maiara%20Rauber-,Mais%20da%20metade%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20convive%20com%20inseguran%C3%A7a%20alimentar,Funda%C3%A7%C3%A3o%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20\(FGV\).](https://www.brasildefato.com.br/2022/07/08/marcha-contra-a-fome-a-miseria-e-o-desemprego-sera-realizada-em-porto-alegre-no-sabado-9#:~:text=Foto%3A%20Maiara%20Rauber-,Mais%20da%20metade%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20convive%20com%20inseguran%C3%A7a%20alimentar,Funda%C3%A7%C3%A3o%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20(FGV).) acesso em 21/08/22

10 Auxílio Emergencial- Benefício financeiro do Governo Federal de caráter emergencial para enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus destinado a trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados

enfrentamento a pobreza é acompanhada do incremento da plataformização para acesso a transferência de renda, já em construção na pandemia e ampliada em 2022, junto a substituição do PBF pelo Auxílio Brasil – já que torna-se imperioso ao governo Bolsonaro em campanha à reeleição, um programa para “chamar de seu” – que cheio de lacunas normativas e informacionais reitera ampla datificação via aplicativo para “pré-cadastro” expresso, tal qual, o AE. Há com isso, a quebra de interface com equipamentos da assistência social, antes responsáveis pelo cadastro, bem como a possibilidade de dispensa do SUAS, reiterando ainda, o caráter autoritário das decisões tomadas sem discussão junto a instituições deliberativas.

A nova transferência de renda lançada para corrigir supostos “erros” do PBF trouxe consigo a habitual falta de transparência do governo Bolsonaro deixando técnicos sem direções ao trabalho e ao atendimento a população, o que promove lacunas nos fluxos e atendimento precário, sobretudo se avaliarmos as dificuldades anteriores enfrentadas pelo Centro Referência da Assistência Social – CRAS já sucateados, com recursos humanos insuficientes, agora ainda mais demandados, já que a validação do autocadastramento via aplicativo é direcionada à estes equipamentos produzindo filas e grande desorganização.

Dentre os inúmeros pontos de atenção postos pelo Auxilio Brasil destacam-se a ausência do debate coletivo; a derrubada das condicionalidades e com elas se detonada a intersetorialidade; a ausência de uma fonte de receita regulamentada que dá indícios de descontinuidade, bem como o estímulo a bancarização dos pobres iniciada com o AE – cujo aplicativo cadastral (Caixa Tem) e pagamentos se firmaram a partir do contrato entre a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Cidadania – demandando a abertura de contas em bancos digitais como condição ao crédito e possíveis empréstimos, os quais ganham materialidade jurídica pelo decreto 11.170/22, que autoriza a tomada de crédito consignado a pessoas que recebem o Auxílio Brasil, sem qualquer indicação aos limites de juros, ou seja, reafirmando uma racionalidade subserviente à dinâmica do capital financeiro, condenando famílias atendidas pela política de assistência social, ora rastreadas, inseridas nas carteiras do sistema financeiro e fadadas ao endividamento e a miséria.

Há neste meandro, uma racionalidade que dinamiza instrumentos de gestão nas distintas políticas sociais, apontando as tecnologias informacionais e comunicacionais enquanto produtos inquestionáveis da roda do progresso, secundarizando a preocupação com humanos, a partir de uma tônica fetichizada que oculta o movimento dos fatos, diluindo particularidades e as envolvendo em uma mística de neutralidade, distante dos fundamentos sociais, tal qual observamos na política de assistência social, que vem adotando conceitos gerenciais servís a maior focalização, aos cortes nos gastos públicos e ao mercado, via “tecnologias da cidadania” (MIGUEL, 2016) que operam a regulação de comportamentos, verificação dos fatos, cruzamento de dados e sem considerar a privacidade, haja visto a ausência de uma atuação fiscalizatória, podem viabilizar constante assedio de bancos, financeiras, serviços em geral, bem como perpetuar discriminações e arbitrariedades.

Destarte, diante de uma lógica, cuja à tecnologia desmonta a resolver os problemas da humanidade, segundo Eubanks (2021) ferramentas invasivas são experimentadas por aqueles mais pobres, titulares do maior número de dados coletados pelo Estado. Assim, numa dinâmica em que a automação das decisões tem produzido muito mais punição do que acesso, muito mais modulação, enquanto parte central de um modelo de negócio, do que ações de fato democráticas, a desproporção no monitoramento e vigilância de populações marginalizadas evidenciam os dados pessoais destas, enquanto moeda de troca à proteção social, revelando que por meio destes algoritmos se constroem decisões pautadas em padrões do passado, indicativas de como e quem deve ter dados coletados, portanto, despontando falsas premissas de um histórico de desigualdades presente no imaginário elitista, comprometendo valores democráticos em face de uma racionalidade ideológica funcional a direção estimada nos marcos do capital.

4. CONCLUSÃO

Foi possível observar que a crise *epocal* lança mão de uma racionalidade

estreita à lógica empresarial, cujas novas tecnologias desmontam enquanto instrumentos importantes à organização da vida estatal, direcionadas a atender os pressupostos sociometabólicos do capital, denotando a partir do campo da política de Assistência Social, que o progresso anunciado junto a aplicativos e sistemas informacionais, nos arrebatam e direcionam a elementos do passado, imbuídos de autoritarismos, tradicionais formas de assujeitamento, estratégias mais coercitivas e menos protetivas, sob um verniz técnico ausente de transparência que se avoluma ganhando legitimidade e desviando nossa atenção do projeto que se conforma, pouco preocupado com qualquer perspectiva democrática e de direitos.

Assim, essa tendência tecnológica sob o comando dos algoritmos, além de marcar a confiabilidade na máquina em detrimento da mão humana, merece nossa atenção, tendo em vista, o profundo intercâmbio de cruzamento de dados intensificando o controle. Logo, o aspecto securitário se confunde aqueles de interesse da acumulação, cujos vieses cristalizados nestes artefatos advertem pouca sensibilidade, perpetuação de percepções enraizadas na formação social brasileira, as quais dão a direção que historicamente marcou as intervenções protetivas, quer seja, a de subjugação clientelista, paternalista, assistencialista, pontual, cada vez mais focalizada, ora endurecendo intervenções com traços fascistas e punitivos, sinalizando um cenário amedrontador, potencialmente atravessado por exclusões, cerceamento e discriminações, sobretudo, dos mais pobres, quem mais entrega dados para acesso aos serviços.

Essa intrincada lógica organizadora de interesses que hegemonicamente não são os dos trabalhadores, mas servis à lógica neoliberal empresarial, posta em contexto de crise agudizada, merece atenção, mobilização coletiva, com vistas à regulação, exame sistemático e cuidadoso, de modo que excessos sejam reduzidos e os objetivos na realização da coleta dos dados, tratamento, justificativas e consequências possam passar ao largo de finalidades que promovam discriminação¹¹, tampouco restrição do direito, elementos estes, que colidem frontalmente com um horizonte progressista.

11 Disponível em: Os excluídos 'por engano' do Auxílio Emergencial de R\$ 600 - BBC News Brasil. acesso: 27/08/22

5. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: Antunes (org). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRUNO, Fernanda. Racionalidade algorítmica e laboratório de plataforma. In: GROHMANN, Rafael (org) Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas. São Paulo: Boitempo, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, Gabriele Gomes de. Tecnologias da informação e comunicação nas políticas sociais: opacidade e ilusão democrática. *Revista Katálysis*. Florianópolis: v. 25, n.1, p. 137-146. 2022.

HARVEY, David. **A loucura da Razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo. Boitempo. 2018.

JURNO, Amanda. Plataformas, algoritmos e moldagem de interesses. In: Capitalismo digital? Revista Margem Esquerda n.36 2021 São Paulo. Boitempo

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política : Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx ; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo : Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado. São Paulo. Boitempo, 2015

_____. Para além do Leviatã: Crítica do Estado. São Paulo. Boitempo, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. *In: Por que gritamos Golpe?* Para entender o impeachment e a crise política do Brasil. São Paulo: Boitempo

editorial, 2016.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

PINTO, A. V. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro Contraponto, 2013.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2011

SILVEIRA, Sérgio A. O mercado de dados e o intelecto geral. Capitalismo digital? Revista Margem Esquerda n.36 São Paulo. Boitempo, 2021.

TIBURI, Márcia. Turbofascismo: Fascismo na Era Digital e o caso brasileiro. In: SABARIEGO et. (ORG) Algoritmarismo. São Paulo: Tirante lo Blanch Brasil, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda [et al]; [tradução Heloisa Cardoso Mourão [et al.]] In:Tecnologias da Vigilância. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018.